

## Relatório final do impeachment será entregue hoje a comissão

Relator deve pedir o julgamento da presidente afastada. Aliados de Dilma prometem apresentar voto em separado e requerimentos

A partir das 12h, os senadores devem conhecer o relatório final do processo do impeachment. O texto do relator, Antonio Anastasia, ficará disponível para análise por 24 horas e deve ser discutido na Comissão Especial do Impeachment amanhã. Gleisi Hoffmann deve apresentar texto alternativo e Vanessa defenderá o arquivamento do processo. Aliados vão pedir ainda que a comissão colha novo depoimento. **3**



Relatório de Anastasia vai ser debatido amanhã e deve ser votado na comissão na quinta-feira. Pelo cronograma, o Plenário deve analisar o texto no dia 9

## Votação da LDO 2017 poderá ser concluída

A lei que estabelece as regras para o Orçamento da União do próximo ano pode ter sua tramitação concluída hoje. A Comissão de Orçamento tem reunião a partir das 14h para analisar os 257

destaques ao relatório de Wellington Fagundes sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). E à noite, na sessão do Congresso, a proposta poderá ser votada. **3**



Congresso, com sessão às 19h para analisar 15 vetos presidenciais, poderá votar projeto da LDO



Comissão de Direitos Humanos ouve denúncias sobre caso ocorrido em indústria de material bélico

## Paim quer explicação sobre demissões

A demissão de dirigentes sindicais é um dos ataques que os trabalhadores vêm sofrendo no Brasil, como consequência da crise política, ética e econômica no país. A conclusão foi

de Paulo Paim e de participantes de audiência na Comissão de Direitos Humanos que debateu, ontem, a liberdade e a autonomia sindicais e ameaças aos direitos trabalhistas. **8**



Rita e Ariel se casaram apenas no religioso, em 2003, quando lei dificultava casamento civil

## Deficiência não impede casamento

Com a entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, em janeiro, foram derrubados os impedimentos legais ao casamento de pessoas com deficiência intelectual.

Antes era preciso ter autorização judicial. A nova lei busca garantir que essas pessoas tenham os seus direitos civis, sexuais e reprodutivos respeitados. **4 e 5**

**Governo sanciona leis que reajustam salários de servidores públicos **2****

**Senado começa a discutir este mês proposta de novo regime fiscal **7****

**Especialistas debatem dificuldade para acabar com os lixões no país **6****

**Incentivo às parcerias para investimento será analisado amanhã **2****

**Leia, encartado na edição de hoje, o Jornal Senado Mulher**



# Sancionados reajustes para servidores públicos

As novas leis concedem aumento de salário para várias categorias do Executivo federal. Entre os artigos vetados pelo presidente interino Michel Temer, estão os que criam cargos em vários órgãos

CINCO LEIS QUE reajustam salários de servidores públicos foram publicadas na sexta-feira no *Diário Oficial da União*. Os aumentos beneficiam professores federais e funcionários de agências reguladoras, da Advocacia-Geral da União (AGU) e de diversos outros órgãos, como Polícia Rodoviária Federal, Ibama, Instituto Chico Mendes, Hospital das Forças Armadas, Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Funai e alguns ministérios.

As matérias foram aprovadas no Senado em 12 de julho. Quatro dos cinco projetos só foram aprovados pelos senadores porque o presidente interino Michel Temer prometeu vetar a criação de cargos. Os parlamentares entenderam que não há necessidade de aumento de quadros neste momento, não estando prevista a realização de concursos públicos no curto prazo para os órgãos em questão.

O Ministério do Planejamento está realizando estudo dos cargos existentes no Executivo federal para verificar a necessidade de criação de carreiras.

Esses aumentos foram negociados em 2015 ainda durante o governo da presidente



Laboratório de física na UnB: professores receberão 20% de aumento em 4 anos

afastada Dilma Rousseff e assumidos pela equipe de Michel Temer.

A única lei publicada sem vetos (13.325/2016) reajusta em cerca de 20%, ao longo de quatro anos, os salários do magistério federal e de carreiras ligadas à área de educação, como as do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A lei teve origem no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 34/2016.

## Agências reguladoras

Já Lei 13.326/2016 trata do salário de diversas carreiras federais e tem origem no PLC

35/2016. Serão beneficiados, entre outros, servidores das agências reguladoras, do Inmetro, do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) e da AGU.

Foi vetada, entre outros dispositivos, a criação das carreiras de analista em defesa econômica e de analista administrativo para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Também foi vetado o artigo que impede servidores de agências reguladoras de exercer outra atividade, pública ou privada, que possa causar conflito de interesse com o órgão, de acordo com o que estabelece a Lei 12.813/2013. Segundo a justificativa do governo, o trecho foi vetado porque a lei trata de cargos em comissão, e não do pessoal efetivo. A justificativa acrescenta que a proibição pode ser posteriormente tratada em norma específica.

## Honorários da AGU

Já a Lei 13.327/2016 (originada do PLC 36/2016) reajusta os salários de várias categorias e disciplina o pagamento de honorários advocatícios para os advogados da União. O projeto beneficia servidores do Banco Central, das carreiras do ciclo de gestão e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre outros.

Foi vetado trecho que altera a Lei 12.800/2016. O dispositivo tratava de subsídio financeiro para auditores fiscais pertencentes aos quadros em extinção da administração federal do ex-território de Rondônia. O governo alegou que o dispositivo apresenta inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa.

Foi vetado também o trecho que estabelecia mudança da escolaridade obrigatória para prestar concurso para carreiras no Ipea e para o ingresso nos cargos de especialista e procurador no Banco Central do Brasil.

## Servidores da Zona Franca de Manaus estão entre os beneficiados

Outra lei publicada (13.328/2016) reajusta a remuneração dos servidores da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufzama) e de outras carreiras. Os trechos que criavam diversos cargos de provimento efetivo em vários órgãos da administração federal foram vetados. A lei teve origem no PLC 38/2016.

Já a Lei 13.324/2016 (originada pelo PLC 33/2016) recompõe os vencimentos das seguintes carreiras: ciência e tecnologia, tecnologia militar, previdência, seguridade social e trabalho, fiscalização agropecuária, defesa aérea e controle de tráfego aéreo. Também receberão reajustes os servidores do Departamento Nacional de Produção Mineral, Polícia Rodoviária Federal, Ministério do Meio Ambiente, Ibama, Instituto Chico Mendes, Embratur, Hospital das Forças Armadas, Abin, Funai, Ministério da Fazenda, Imprensa Nacional, entre outros.

Foi vetado artigo com critérios para a incorporação de gratificação às apo-

sentadorias ou pensões do Ministério da Agricultura. O trecho foi vetado porque tais mudanças representariam o recebimento imediato, com a incorporação de 100% da gratificação.

Foi vetada também alteração na Lei 10.410/2002, sobre a carreira de especialista em meio ambiente, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. O trecho vetado estipulava que o ingresso na carreira exigiria diploma de graduação ou habilitação legal equivalente para os cargos de técnico ambiental e de técnico administrativo. O texto também exigia que os servidores já contratados obtivessem os diplomas num prazo de cinco anos. Pela escolaridade exigida e outras adicionais, os funcionários receberiam Gratificação de Qualificação (GQ). Para vetar esse trecho, o governo federal ouviu os Ministérios do Meio Ambiente e do Planejamento. Foi alegado que os dispositivos não contam com a anuência dos órgãos envolvidos, estando fora das normas de recursos humanos.

Pedro França/Agência Senado

## Comissão analisa MP que criou parcerias para investimentos

O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) será examinado amanhã, a partir das 14h30, pela comissão mista encarregada de analisar a Medida Provisória (MP) 727/2016, editada nos primeiros dias do governo interino de Michel Temer. O programa pretende tornar mais ágeis as concessões públicas, sob o argumento de que é preciso eliminar “entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado”.

O PPI lista empreendimentos públicos de infraestrutura a serem executados pelo setor privado. O governo alega que o programa garante segurança jurídica aos investidores privados, estabelece regras estáveis e fortalece o papel regulamentador do Estado e a autonomia das agências reguladoras, ajudando a expandir a oferta de infraestrutura.

A MP criou o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, instância de assessoramento imediato do chefe do Executivo. Também

autorizou o BNDES a constituir e participar do fundo de apoio à estruturação de projetos. Por fim, estabeleceu como dever dos órgãos governamentais a atuação de forma coordenada para que a viabilização dos empreendimentos do PPI ocorra “de forma uniforme, econômica e em prazo compatível com o caráter prioritário nacional do empreendimento”.

O conselho emitirá parecer sobre as propostas de parcerias apresentadas por ministérios ou pelos chamados conselhos setoriais. Serão convidados a participar das reuniões do conselho, sem direito a voto, os responsáveis pelas propostas em exame.

O senador Wilder Moraes (PP-GO) é o relator da MP, que tramita em regime de urgência e teve o prazo de vigência prorrogado até o dia 8 de agosto. O deputado Julio Lopes (PP-RJ) é o presidente da comissão mista, que tem como vice-presidente o senador Armando Monteiro (PTB-PE).

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### CCT Marco legal

8h45 Seminário sobre o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação.

### CDH/CAS Ministro do Trabalho

9h O Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, fala sobre políticas públicas da pasta.

### AERONÁUTICA Aviação experimental

9h Audiência pública debate aviação experimental e aerodesporto.

### CMA Fechamento dos lixões

9h30 A comissão debate as responsabilidades pelo descumprimento do prazo legal para fechamento dos lixões.

### CAE Contingenciamento

10h A comissão pode votar projeto que veda contingenciamento de recursos orçamentários para ciência, tecnologia e inovação.

### IMPEACHMENT Leitura do parecer

12h Leitura do parecer do relator, Antonio Anastasia.

### CDH Violência no campo

14h Ciclo de debates sobre crise política aborda a violência no campo.

### ORÇAMENTO Votação da LDO

14h Votação da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017.

### PLENÁRIO Reajuste para defensores

14h Sessão deliberativa. Na pauta, projeto que aumenta os salários da Defensoria Pública da União (PLC 32/2016) e substitutivo ao PLS 554/2011, sobre audiência de custódia.

### MP 724 Cadastro Ambiental Rural

14h30 A comissão discute MP que prorroga prazo para inscrição no Cadastro Ambiental Rural.

### MP 729 Educação infantil

14h30 Reunião para votar requerimentos da comissão mista responsável pela MP que cria novas regras de repasses a municípios para ampliação da educação infantil.

### MP 731 Extinção e criação de cargos

14h30 Análise do relatório da MP que extingue cargos e cria funções comissionadas do Poder Executivo.

### PRESIDÊNCIA Ordem do dia

16h Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão plenária; às 19h, dirige sessão do Congresso Nacional.

### CONGRESSO Análise de vetos

19h Sessão conjunta do Congresso Nacional para apreciação de vetos, de projetos de créditos suplementares e do PLN 2/2016, que trata da LDO de 2017.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

# Relatório sobre impeachment será lido hoje

Anastasia entregará a comissão o relatório final, que será discutido amanhã. Aliados de Dilma devem apresentar texto alternativo e requerimentos

A COMISSÃO DO Impeachment retoma hoje os trabalhos, às 12h, com a apresentação do relatório final de Antonio Anastasia (PSDB-MG) para a fase de pronúncia da presidente afastada Dilma Rousseff. Durante a reunião, deve ser feita apenas a leitura do documento. A discussão e a votação ficarão para os dias seguintes. PT, PDT, PCdoB e Rede, no entanto, devem apresentar votos em separado.

O texto de Anastasia deve

admitir a pronúncia de Dilma, ou seja, reconhecer que existem elementos suficientes para que ela vá a julgamento.

A previsão é de que Gleisi Hoffmann (PT-PR) apresente texto alternativo afirmando que Dilma não cometeu crime de responsabilidade a partir de uma contextualização das circunstâncias que provocaram o afastamento da presidente do cargo. O voto em separado da senadora petista, em conjunto com o PDT, sustentará que o processo é somente político.

— Tem uma crônica do golpe anunciado. Desde quando isso começou a ser gestado, desde o final das eleições, as coisas feitas, as articulações na Câmara, o posicionamento do

ex-presidente da Câmara, do presidente interino, do PMDB, de líderes da oposição — afirmou Gleisi.

Já Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defenderá o arquivamento do processo em voto conjunto com a Rede.

— Ele já deveria descartar de pronto as pedaladas, não só pelo laudo pericial, mas pela decisão do Ministério Público Federal, que disse não ser operação de crédito. No que diz respeito aos decretos, [decretos] idênticos a esses foram assinados pelo vice-presidente da República e por presidentes anteriores. E não há que se falar que decreto de abertura de crédito tenha ferido a meta fiscal — disse Vanessa.

Senadores favoráveis à pronúncia de Dilma, porém, consideram que os votos não mudarão a decisão da comissão. A senadora Ana Amélia (PP-RS) minimizou a apresentação de outros votos.

— Faz parte do jogo. Acho bom isso porque assegura a ampla defesa.

## Requerimentos

Aliados de Dilma também devem apresentar requerimento para que a comissão ouça o procurador da República no Distrito Federal Ivan Marx, que recomendou o arquivamento de um processo que investiga a prática de crime de responsabilidade no atraso de pagamento da

União ao BNDES. Na avaliação do procurador, não existiram pedaladas fiscais nesse caso. Com base nesse parecer, os aliados de Dilma solicitarão a retirada da denúncia sobre as pedaladas do Banco do Brasil relacionadas ao Plano Safra.

O senador Alvaro Dias (PV-PR) descartou a retirada da denúncia e a aprovação de oitiva do procurador.

— São expedientes protelatórios para obstruir o processo.

No relatório a ser lido hoje, Anastasia dará parecer favorável ou contrário à continuidade do processo. Os debates serão amanhã e a votação deve ser na quinta. Caso o relatório seja aprovado, deve ir a votação no Plenário no dia 9.

## Romero Jucá condena tentativas de protelar desfecho do processo

Romero Jucá (PMDB-RR) disse que o rito do impeachment deve seguir conforme a Constituição, mas não



Moreira Menezes/Agência Senado

pode haver postergações que adiem o desfecho. Para ele, isso interessa aos que querem protelar o fim do processo.

Jucá lembrou que no dia 9 o Senado vota a pronúncia do processo e, se na ocasião, ele for aceito, não há por que levar a votação do impeachment para o dia 29. Para ele, o Brasil espera com ansiedade por uma solução definitiva:

Jucá também rebateu informação publicada no jornal *O Globo* de que a Embaixada dos Estados Unidos teria negado a renovação de seu visto por conta da Lava Jato. Ele mostrou cópia do passaporte com visto até 2025 e cobrou direito de resposta.

## Lira prevê início da votação final no Plenário para 26 de agosto

O presidente da Comissão Especial do Impeachment, Raimundo Lira (PMDB-PB), anunciou que



Moreira Menezes/Agência Senado

o início da votação final do processo de impedimento deve ser no dia 26 ou 29 de agosto.

Ele explicou que a decisão cabe ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, que, por determinação constitucional, preside as sessões de votação final. Lewandowski avalia se deve iniciar a votação na sexta-feira dia 26 ou se adia para a segunda seguinte, 29. Lira garantiu que os prazos e os ritos estão sendo seguidos à risca.

— Não houve qualquer alongamento e não podíamos, em nenhuma oportunidade, permitir que houvesse também encurtamento do rito da comissão.

## Gleisi chama afastamento de golpe parlamentar e rejeita denúncia contra Lula

Gleisi Hoffmann (PT-PR) manifestou ontem repúdio ao que chamou de golpe parlamentar que estaria sendo praticado pelo Senado. Na opinião da senadora, a Casa jamais vai se esquecer dessa mácula, caso decida em favor do impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff.

— O golpe, ou a ruptura democrática, está sendo executado por baixo de um manto sofisticado, que pretende tirar o mandato de uma presidente honesta, que foi legitimamente eleita por 54 milhões de brasileiros.

A senadora também protestou contra o fato de o ex-presidente Lula ter se tornado réu, em uma denúncia por tentativa de obstrução da Operação Lava Jato, apresentada pelo Ministério Público Federal do Distrito Federal e Territórios.

## José Medeiros pede ponderação nos discursos sobre impedimento

José Medeiros (PSD-MT) criticou os “discursos de ódio” e os “ataques pessoais” em torno do processo de



Jefferson Ruy/Agência Senado

impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff. Ele condenou o que considera um debate rasteiro e a divisão do país.

— Leticia Sabatella, Chico Buarque e Janaina Paschoal merecem o nosso respeito. Todos nós que estamos no debate político merecemos respeito. Não é agredindo que nós vamos chegar a lugar algum. O debate é importante. Agora, a agressão não nos engrandece como país, ela nos apequena.

Medeiros criticou ainda o que julga ser uma tentativa de demonização de Michel Temer. Para o senador, essa prática não traz nenhum benefício para a defesa de Dilma.

## Ana Amélia critica proposta de Dilma de convocar eleições

Ana Amélia (PP-RS) questionou Dilma por ter acenado com a possibilidade de antecipar as eleições



Waldemir Bonetto/Agência Senado

gerais, caso a decisão do Senado seja pelo seu retorno ao cargo. Isso, se acontecer, disse a senadora, atesta a incapacidade de Dilma estar à frente do governo por mais dois anos.

— Ela está se autodeclarando incapaz. Por que teríamos eleições com ela no poder? Por quê? Golpe por golpe, antecipar uma eleição, tendo um vice-presidente, num afastamento decidido pelo Congresso, num julgamento político? — disse.

A senadora também disse esperar que, nas eleições municipais, candidatos que fazem “falsas promessas” não recebam votos. Para ela, os casos de corrupção mostram ser preciso mudar a forma de fazer política.

# Congresso pode concluir votação de diretrizes orçamentárias

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 pode ter a votação concluída hoje. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se a partir das 14h para analisar os 257 destaques apresentados ao relatório de Wellington Fagundes (PR-MT), que visam a inclusão de emendas não aproveitadas. Se a CMO conseguir terminar a votação, o projeto da LDO (PLN 2/2016) poderá ser examinado pelo Plenário do Congresso, que tem sessão marcada para a noite, quando serão analisados 15 vetos presidenciais.

O relatório de Wellington teve o seu texto-base aprovado no dia 14 de julho, com acordo para que os destaques fossem submetidos à CMO na primei-

ra semana de agosto. Segundo Wellington, há consenso na comissão para finalizar o processo na reunião de hoje. Ele explicou que a maior parte dos destaques e das emendas são propostas dos parlamentares para direcionar recursos para áreas como saúde, educação e segurança pública. Para o relator, a peça orçamentária também precisa assegurar investimentos.

— Hoje grande parte do Orçamento vai para o pagamento da dívida e o custeio da máquina, então sobra pouco para investimentos. Neste momento de crise, o que o país mais precisa é investimento em infraestrutura, para gerar emprego e promover o desenvolvimento — afirmou.



Parlamentares farão sessão conjunta como a que alterou a meta fiscal de 2016

Na visão do relator, o principal mérito do texto da LDO é ser “realista”. Ele atribui isso ao fato de que um de seus dispositivos proíbe o Executivo de incluir, na Lei Orçamentária Anual (LOA), previsão de receita por meio de impostos cuja criação ainda não tenha

sido aprovada pelo Congresso.

Wellington afirmou que o governo precisa se esforçar para encontrar formas de elevar a arrecadação federal, mas isso não pode vir por meio de novos impostos. Para o relator, é preciso “enxugar” a carga tributária. No entanto, ele vê

como aceitável o aumento de alíquotas de impostos já existentes, desde que o governo apresente “contrapartidas” — como a redução simultânea da alíquota de algum outro imposto. Entre outras formas de alcançar o aumento da arrecadação, o senador aponta venda de ativos, securitização da dívida pública, privatizações e concessões.

A LDO de 2017 traz, ainda, a previsão de limitação das despesas primárias da União no próximo ano — tema de um projeto (PEC 241/2016) em tramitação na Câmara dos Deputados. A ideia é que os gastos de cada ano não superem os do ano anterior (incluindo os restos a pagar), corrigidos pela inflação oficial.

# Lei facilita casamento de deficiente intelectual

Antes do Estatuto da Pessoa com Deficiência, pessoas com deficit cognitivo só podiam se casar no civil se conseguissem vencer um burocrático e demorado processo judicial

Ricardo Westin

A ATRIZ RITA Pokk, de 36 anos, ainda se emociona quando lembra o dia em que se casou, em 2003, com o também ator Ariel Goldenberg, de 35 anos. Como ela é católica e ele é judeu, o casal optou por uma cerimônia ecumênica, em São Paulo, conduzida por um padre e um rabino.

— Foi o dia mais feliz da minha vida — ela conta. — Entrei de braço dado com meu pai. Ele ainda era vivo. Tudo estava lindo. O coração do Ariel estava quase saindo pela boca, de tanta alegria. Foi um grande sonho que meu marido e eu realizamos.

Rita e Ariel têm síndrome de Down e ficaram famosos depois de protagonizar o premiado filme *Colegas*, lançado em 2013. Estão juntos até hoje. O casamento, porém, foi só religioso. Eles celebraram a união num momento em que as leis brasileiras impediam que pessoas com algum tipo de deficiência intelectual se casassem livremente no civil.

Para que pudessem se casar no cartório, essas pessoas precisavam percorrer um longo e tortuoso caminho. Primeiro, os pais ou os responsáveis legais tinham que consentir. Depois, era preciso elaborar uma ação judicial pedindo que o juiz assinasse a liberação.

O processo se arrastava por meses, às vezes por mais de um ano. E não havia garantia de sucesso. Os juízes mais conservadores simplesmente vetavam casamentos desse tipo, ainda que a deficiência fosse leve.

Rita e Ariel preferiram não se desgastar com tantos obstáculos burocráticos. Mas tudo mudou. Se desejarem, eles agora poderão oficializar o casamento num cartório sem nenhum entrave. Em janeiro entrou em vigor o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146), que enterrou os impedimentos legais.

Como qualquer casal, bastará que os noivos apresentem os documentos, levem as testemunhas e assinem um papel em que atestam que a união se dará por livre e espontânea vontade. Nada mais do que isso.

O senador Paulo Paim (PT-RS) é o autor do projeto que deu origem ao Estatuto da Pessoa com Deficiência. Para a aprovação, foi decisiva a atuação do senador Romário (PSB-RJ), que foi relator da proposta. Para Romário, a lei corrige uma injustiça histórica:

— Os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com deficiência intelectual são os mesmos de qualquer cidadão. E também os direitos civis, entre os quais se inclui o casamento. Privá-las de exercer esses direitos só fortalece o preconceito da sociedade.

## Número subestimado

De acordo com o IBGE, 0,8% da população brasileira tem algum tipo de deficiência intelectual. Em números absolutos, haveria 1,6 milhão de pessoas nessa situação — o equivalente a toda a população do Recife. Para especialistas, a cifra é subestimada, pois muitas famílias escondem a informação por vergonha ou então desconhecem que há alguém com deficiência intelectual em casa por falta de diagnóstico.

Até algum tempo atrás chamada de retardo mental — hoje esse termo é pejorativo —, a deficiência intelectual se origina em alguma alteração no funcionamento cerebral. Como resultado, a pessoa tem dificuldade para adquirir e processar o conhecimento, o que provoca alguma limitação na vida social.

Algumas pessoas com deficit de inteligência não conseguem ler e escrever ou lidar com dinheiro. Outras não percebem situações que as colocam em perigo. Outras não entendem que certos comportamentos só são



Rosana, que tem sequelas de uma paralisia cerebral, e José Francisco protagonizam o primeiro casamento sob o novo estatuto

permitidos dentro de casa, e não em público. Em muitos casos, elas até conseguem aprender tudo isso, mas com orientadores bastante dedicados e de forma bem lenta.

## Ficção

São inúmeras as causas da deficiência cognitiva e elas surgem em algum momento do delicado período que vai do encontro do espermatozoide com o óvulo aos primeiros anos de vida.

Podem ser fatores genéticos (como os que levam à síndrome de Down e ao autismo), problemas na gravidez (como mães que passam por desnutrição, usam drogas ou contraem doenças como sífilis e zika), incidentes no parto (como os que levam à falta de oxigenação no cérebro do bebê), abandono do recém-nascido (como carência de alimentação e de estímulos) e acidentes na primeira infância (como envenenamento, afogamento, asfixia e quedas).

A ficção é rica em personagens com deficiência intelectual. Entre os mais célebres, estão Tonho da Lua, da novela *Mulheres de Areia*, e Forrest Gump, protagonista do filme homônimo.

O nível de comprometimento intelectual é muito variável. Enquanto uma parte tem um grau de deficiência muito profundo e não é capaz de levar uma vida autônoma, a outra parte consegue levar uma vida muito próxima do normal — estudam, trabalham, se casam e têm filhos.

Neste segundo grupo se encaixam Thiago Neves, de 31 anos, e Ione de Aquino, de 28 anos. Eles vivem numa casa pequena em Planaltina, cidade da periferia do Distrito Federal, onde criam

uma filha de 6 anos sem nenhum tipo de deficiência e estão à espera do nascimento de mais uma menina.

Thiago e Ione têm dificuldade com as letras e os números. Graças a cursos profissionalizantes específicos para pessoas com deficiência intelectual oferecidos pela Apae de Brasília, cada um foi contratado por um supermercado. Eles fazem trabalhos descomplicados, como empacotar mercadorias e entregar compras na casa dos clientes.

— Num trabalho anterior, uma colega vivia me chamando de doída. Nós, que somos especiais, sofremos um *bullying* danado. É triste — lamenta Ione.

Eles vivem juntos há quase dez anos, mas só há poucos meses oficializaram o casamento no cartório. Thiago afirma:

— Com o casamento, alguma coisa dentro de mim mudou. Acho que fiquei mais maduro e responsável. Também me sinto mais parecido com as pessoas que não são especiais.

## História cruel

O mundo sempre foi cruel com os deficientes. A Grécia antiga, por exemplo, valorizava o vigor físico. Por essa razão, os bebês que nasciam com algum tipo de deficiência eram abandonados ou sacrificados. Com a hegemonia do cristianismo na Idade Média, os europeus passaram a aceitar os deficientes como filhos de Deus. Eles, porém, não tinham o direito de viver em sociedade e eram enviados para instituições religiosas, onde eram mantidos enclausurados.

A Inquisição mandou muitas pessoas com deficiência intelectual para a fogueira. A

dificuldade de interação social era por vezes tomada com atitude demoníaca. No século passado, os nazistas as levavam para campos de concentração, onde eram cobaias de violentos experimentos científicos, faziam trabalhos forçados ou eram simplesmente executadas. No Brasil, deficientes intelectuais eram internados em hospícios até o início dos anos 2000.

Segundo especialistas, quanto mais se estimulam essas pessoas desde a infância, maiores são as chances de se desenvolverem e se tornarem mais autônomas. Já há pessoas com síndrome de Down que se formam na universidade,

## Uma nova realidade

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, em vigor desde janeiro, garante aos deficientes o direito de constituir família, da mesma forma que as pessoas sem deficiência

**Art. 6º** A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:

- I casar-se e constituir união estável;
- II exercer direitos sexuais e reprodutivos;
- III exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar;
- IV conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória;
- V exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e
- VI exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotado, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

o que antes era impensável. No passado, as famílias escondiam os filhos deficientes, e o isolamento minava qualquer possibilidade de crescimento.

De acordo com a psicóloga Ana Cláudia Bortolozzi Maia, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), as famílias ainda têm se omitido na educação sexual dos filhos com deficiência. Muitas, diz ela, acreditam erroneamente que eles não têm sexualidade.

— Achem que o filho é incapaz e o tratam eternamente como criança, mesmo quando ele já é adolescente ou adulto. Eles são como todo mundo. A sexualidade está lá e vai se manifestar. A educação sexual adequada evita que engravidem, contraíam aids e sofram abuso e permite que tenham uma vida afetiva e sexual saudável.

Ana Cláudia trabalha há 18 anos com a sexualidade de pessoas com deficiência. De acordo com ela, a inclusão vem avançando a passos tão largos que os estudos acadêmicos, hoje muito focados nas famílias de pais sem deficiência que têm filhos deficientes, brevemente sofrerão uma reviravolta e passarão a se debruçar sobre os desafios dos pais com deficiência intelectual que têm filhos sem deficiência.

## Prisão

Paulo Paim apresentou o projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência em 2000, quando era deputado. Preocupado com a falta de interesse pelo tema na Câmara, redigiu uma segunda proposta em 2003, quando chegou ao Senado. No caminho, as duas propostas acabaram se fundindo. Em 2015, a versão final foi aprovada pela Câmara e pelo Senado e sancionada pela Presidência da República. A lei entrou em vigor em janeiro de 2016.

Com o estatuto, tanto os deficientes intelectuais quanto os físicos — como surdos, cegos e cadeirantes — deixaram de ser cidadãos de segunda classe. A nova lei obriga a sociedade a remover os obstáculos e a oferecer a ajuda necessária para que tenham acesso pleno a todos os direitos básicos, como a educação, a saúde, o trabalho. Na questão educacional, o estatuto prevê que as escolas regulares estão obrigadas a aceitar alunos com deficiência.

Para que a nova lei não se torne letra morta, há a previsão de penas pesadas para quem despreza os direitos dos deficientes. A própria discriminação é punida com a prisão.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência fez mudanças numa série de leis, como a Consolidação das Leis do Trabalho, o Código de

# Jovem com síndrome de Down encara sogro e pede mão de colega em namoro

O pai toma um susto quando um jovem com síndrome de Down o aborda pedindo autorização para namorar a filha adolescente dele, que também tem Down. O desinibido pretendente afirma que não é “de se jogar fora” nem “cafajeste”. Ela sorri e pega na mão dele. Encorajado, o rapaz continua a persuasão, garantindo que é “bacana, inteligente e trabalhador”.

A emocionante cena ocorreu no final de 2014, em São Paulo, mas só em maio deste ano se tornou conhecida no Brasil inteiro, depois que o vídeo, gravado com um celular, foi postado no Facebook e viralizou. O pedido de namoro já teve 19 milhões de visualizações e 520 mil compartilhamentos (*veja o link no final desta página*).

Os argumentos convenceram. Passados quase dois anos, o namoro continua firme e forte. Rebeca agora tem 17 anos e Bruno, 22. O pai dela, o empresário Ricardo de Oliveira Martins, de 47 anos, conta que ficou “sem chão” quando ouviu o ousado pedido.

A seguir, trechos do depoimento de Martins ao **Jornal do Senado**:

“Eu esperava a Rebeca sair da aula de dança e, de longe, vi que ela estava de mãos dadas com um colega. Senti um frio na barriga. O Bruno veio na minha direção e foi logo disparando todas aquelas palavras com sinceridade e inocência. Fiquei um pouco sem chão na hora, mas acabei permitindo. Achei muito nobre que ele, sem nunca ter me visto, tomasse aquela coragem. Vi que era uma coisa muito pura. O namoro deles é bem ingênuo. Eles



Vídeo que já teve 19 milhões de visualizações na internet mostra momento em que Bruno pede a mão de Rebeca em namoro

se falam todos os dias pelo telefone e se veem nos fins de semana. O Bruno passa alguns domingos na nossa casa, almoça conosco. Eles ficam de mãos dadas, se abraçam, se beijam. É muito gostoso ver os dois juntos. Dá para ver a felicidade nos olhos deles.

Na realidade, eles namoram e nós namoramos juntos. Os dois passeiam no shopping, mas minha mulher e eu ficamos uns dez passos atrás. No cinema, nos sentamos a duas ou três fileiras de distância deles. Acho que eles ainda não têm maturidade suficiente para andar sozinhos.

Logo depois de dar autorização ao Bruno, fiquei com a sensação de que o namoro naquele momento seria

muito precoce. A Rebeca só tinha 15 anos. Mas logo em seguida concluí que aquilo poderia fazer bem para a minha filha e ajudar no desenvolvimento intelectual dela. A Rebeca se espelha muito em duas primas que já têm namorado. Entendi que ela, também namorando, sentiria que é tão normal quanto as primas.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência é um avanço imenso. Só quem tem uma pessoa com deficiência na família sabe como são as barreiras que se enfrentam. Mas acho que a lei deveria ter sido criada muito tempo antes. Minha mulher e eu tivemos bastante dificuldade para encontrar uma escola que aceitasse a nossa

filha. Não nos abriam as portas. Os professores capacitados para alunos com síndrome de Down. E isso foi há bem pouco tempo, no começo dos anos 2000. Hoje, felizmente, a realidade é outra. Não fazia sentido que a lei não conferisse a mais completa proteção à pessoa com deficiência. Ela também precisa ter o direito de estudar, de se casar, de não ficar escondida dentro de casa, de não ser discriminada. Excetuando a deficiência, ela é exatamente como eu: sorri, chora, sente dor, sente saudade, tem sexualidade, deseja, sonha. Então por que os meus direitos eram uns e os dela eram outros? Não fazia sentido.”

paralisia cerebral quando era bebê. Ela fala e caminha com dificuldade. O casal está junto há 20 anos e tem um filho de 18.

— Quando eu era moça, minhas primas disseram que ninguém iria gostar de mim. Acabei acreditando que eu nunca iria me casar — ela conta.

José Francisco diz que não olhou apenas a deficiência dela:

— Quando a pedi em namoro, ela ficou assustada: “Mas você não vê como eu sou?”. Respondi que sim, mas queria conhecer o que ela tinha por dentro. Nestes 20 anos, ouvimos muitas risadas de deboche, mas a nossa união sempre foi maior do que o preconceito. Ela é uma ótima esposa e uma mãe exemplar. Não posso reclamar da vida.

## Primeira união

O que é mais comum são os casamentos entre duas pessoas com deficiência intelectual. Isso se explica pelo passado recente de segregação. Deficientes só conviviam com deficientes. A tendência é que, com o estatuto, isso mude. Frequentando todos os ambientes e participando mais da sociedade, os deficientes intelectuais passarão a se casar com pessoas sem deficiência.

Um casamento assim ocorreu em fevereiro no cartório da pequena cidade de Artur Nogueira (SP) — foi a primeira união oficializada no país graças à nova lei. O jardineiro José Francisco Dias, de 53 anos, se casou com a dona de casa Rosana de Lima Dias, de 44 anos. Quem tem deficiência é ela, vítima de uma



Promotora de Justiça fala em vídeo da Agência Senado sobre casamento de pessoas com deficiência: <http://bit.ly/leilinclusao>

## Saiba mais

**Estatuto da Pessoa com Deficiência**  
<http://bit.ly/lei13146de2015>

**Vídeo mostra pedido de namoro**  
<http://bit.ly/pedidoNamoro>

**Reportagem sobre ensino inclusivo**  
<http://bit.ly/1anoLeilclusao>

**Trailer do filme Colegas**  
<http://bit.ly/trailerColegas>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)



Thiago e Ione, que têm deficiência intelectual, com a filha Ana Luíza, sem deficiência

# Audiência discute hoje lixões a céu aberto

Comissão de Meio Ambiente recebe especialistas para debater as razões pelas quais os municípios ainda não se adequaram à determinação da Política Nacional de Resíduos Sólidos

A RESPONSABILIDADE PELO descumprimento do prazo legal para o fechamento dos lixões no Brasil será o tema debatido hoje, às 9h30, em audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Aprovada em 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos determinou que todos os lixões do país deveriam ter sido fechados até 2014.

No ano passado, o Senado aprovou e enviou à Câmara projeto de lei (PLS 425/2014) prorrogando até 2021 o prazo para os municípios se adequarem às exigências da Lei 12.305/2010. Com isso, foi estendida a data-limite anteriormente fixada para a extinção dos lixões e a necessária substituição por aterros sanitários, com a adoção de práticas de reciclagem, com-

postagem e coleta seletiva.

Falta de vontade política, planejamento e recursos financeiros estão entre as causas apontadas para o Brasil até hoje não ter executado essa política de tratamento do lixo. Veem-se lixões a céu aberto em todo o país, situando-se em Brasília o maior deles, conhecido como Lixão da Estrutural. Outra barreira imposta a esse avanço é o argumento apresentado por administradores públicos referentes à sobrevivência de cidadãos que dependem desses lixões. Só em Brasília, estima-se que 2 mil famílias tirem o sustento disso.

O requerimento para a audiência pública é de Otto Alencar (PSD-BA). O senador deseja discutir as razões pelas quais os municípios não cumprem o prazo legal para o fechamento desses lixões.



Lixão da Estrutural, em Brasília: situação das famílias que vivem dos lixões é uma das preocupações dos especialistas

Estão convidados para a audiência o secretário nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Alceu Segamarchi; a consultora de meio ambiente da Confede-

ração Nacional de Municípios (CNM) Cláudia Lins Lima; a representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), Jaira Maria Puppim; e o presidente

do Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), Victor Bicca Neto.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Cadastro Ambiental Rural volta a ser debatido

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 724/2016 vai realizar audiência hoje, a partir das 14h30. Os convidados vão debater a prorrogação até maio de 2017 do prazo para que produtores se inscrevam no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e se integrem ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

A MP, cuja votação pelo colegiado está prevista para amanhã, recebeu 44 emendas, tramita em regime de urgência e já teve o prazo prorrogado. O relator é o deputado Josué Bengtson (PTB-PA). A comissão mista é presidida pelo senador Wellington Fagundes (PR-MT).

O CAR é um registro eletrônico obrigatório criado pelo novo Código Florestal para permitir a identificação e a regularização das propriedades rurais. Só quem já realizou o CAR pode aderir ao PRA, que é um conjunto de iniciativas a serem desenvolvidas por pro-

prietários e posseiros rurais para preservação de terras.

A Lei 13.295/2016, derivada da MP 707/2015, já havia estendido o prazo para todos os produtores rurais se inscreverem no CAR, mas a MP 724/2016 continua tramitando por tratar também do prazo para inscrição no PRA, que não foi tratado pela lei.

Foram convidados o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Raimundo Deus-dará Filho; o presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Rodrigo Justus; o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Alberto Ercílio Broch; o coordenador-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar, Marcos Rochinski; o representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sidney

Medeiros; e o presidente da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente, Rogério Menezes.

### Extinção de cargos

Outras duas comissões mistas vão se reunir hoje. Às 14h30, parlamentares devem analisar o relatório final da MP 731/2016, que extingue cargos em comissão do Poder Executivo. A proposição acaba com 10.462 cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) nos níveis 1 a 4, mas permite substituí-los por funções de confiança a serem ocupadas exclusivamente por servidores efetivos.

No mesmo horário, senadores e deputados vão votar requerimentos relativos à MP 729/2016, que trata de apoio financeiro da União aos municípios para a educação infantil.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Ministro do Trabalho deve explicar a senadores políticas previstas para setor

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, deve participar hoje, às 9h, de audiência conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS). A ideia é que ele esclareça sobre a continuidade das políticas públicas da pasta e que exponha um plano de trabalho das competências do ministério.

Os senadores querem detalhes a respeito da retirada de competências da Previ-

dência Social. Com a reforma ministerial implantada pelo presidente interino Michel Temer, a Previdência passou a ser secretaria, vinculada ao Ministério da Fazenda. O ministro Henrique Meirelles deve ser o responsável por uma provável reforma previdenciária. Ao Ministério do Trabalho cabem as questões relativas ao emprego.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Ronaldo Nogueira também deve falar sobre a situação da Previdência Social

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Começa debate sobre proposta de regime fiscal

Mudança na Constituição defendida pelo Executivo, que fixa limite individualizado para despesa primária total dos três Poderes, será tema de audiência pública este mês

UM NOVO REGIME fiscal com validade de 20 anos poderá entrar na Constituição. A proposta, encaminhada pelo Executivo à Câmara dos Deputados em 15 de junho, começará a ser discutida no Senado este mês. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve realizar debate, em data a ser anunciada, sobre a PEC 241/2016, que prevê a fixação de limite individualizado para a despesa primária total dos três Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União. Autores do requerimento da audiência, Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Cristovam Buarque (PPS-DF) argumentam que essa significativa alteração no regime fiscal do país deverá ter grande impacto na execução de políticas e programas sociais e que a própria capacidade de investimento público nacional pode ser afetada.

Serão convidados para o debate dois técnicos do Ministério da Fazenda: o secretário de Acompanhamento Econômico, Mansueto de Almeida, e o chefe da assessoria do ministro, Marcos Mendes. Também dois professores de economia: Laura Carvalho, da Universidade de São Paulo (USP), e Pedro Paulo Zahluth Bastos, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A essência da proposta consiste na atualização da despesa primária de 2016 pelo



Cristovam e Gleisi propuseram a audiência porque preveem grande impacto na economia e nos programas sociais

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e sua utilização como limite no exercício de 2017. Para os 19 exercícios seguintes, a regra é sempre a atualização pelo IPCA da despesa do ano anterior e a aplicação do resultado como o limite para o ano corrente.

A PEC veda a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou readequação de remuneração de servidores públicos ao Poder ou órgão que descumprir o limite. Também ficarão proibidas a criação de cargo, emprego ou função e a realização de concurso público.

Se o Executivo desrespeitar o limite, serão aplicadas duas vedações adicionais: a despesa nominal com subsídios e

subvenções econômicas não poderá superar aquela realizada no exercício anterior; e ficará vedada a concessão ou ampliação de incentivo fiscal.

## Saúde e educação

Um dos pontos mais questionados por senadores na CAE é a extensão da regra geral, aplicável às demais despesas primárias, aos recursos mínimos de saúde e educação, hoje com critérios próprios definidos na Constituição. Atualmente, os recursos da saúde correspondem a 15% da receita corrente líquida da União e os da educação, a 18% da receita de impostos.

Ao enviar a proposta ao Congresso, o governo evitou

estabelecer qualquer limite como um percentual da receita ou do PIB.

Na exposição de motivos que acompanha a PEC, os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmam que essas duas métricas — percentuais da receita e do PIB — permitiriam uma expansão mais acelerada do gasto durante os momentos positivos do ciclo econômico, ao mesmo tempo em que exigiriam ajustes drásticos nos momentos de recessão. Nos casos da educação e saúde, Meirelles e Oliveira afirmam que esse tipo de vinculação cria problemas fiscais e é fonte de ineficiência na aplicação de recursos públicos. Para os mi-

nistros, a regra não impede que os parlamentares definam no Orçamento da União despesa mais elevada para saúde e educação, “desde que consistentes com o limite total de gastos”.

## Exclusões

A PEC exclui do limite algumas categorias de despesas. É o caso das transferências feitas a estados e municípios como repartição de receitas. Também se excluem créditos extraordinários para lidar com situações atípicas, como calamidades públicas, capitalização de empresas estatais não dependentes e financiamento de processos eleitorais.

A essência do regime fiscal anticíclico defendido pela equipe econômica é uma trajetória real constante para os gastos, associada a uma receita variando com o ciclo, o que resultará em maiores poupanças nos momentos de expansão e menores superávits em momentos de recessão.

A expectativa é de que o crescimento real zero a partir do exercício subsequente ao da aprovação da PEC levará a uma queda substancial da despesa primária do governo federal como percentagem do PIB. Os ministros da Fazenda e do Planejamento esperam com isso mudar a trajetória do gasto público federal, que apresentou crescimento médio anual de 5,8% de 1997 a 2015.

## Mato Grosso e Maranhão podem ser incluídos em fundo de financiamento do Norte

Projeto que inclui Mato Grosso entre os beneficiados do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que faz hoje sua primeira reunião do semestre.

O PLS 51/2016 é do senador Roberto Rocha (PSB-MA). A relatoria é de Wellington Fagundes (PR-MT), favorável à aprovação do projeto, que tramita de forma terminativa. Ou seja, se for aprovado na CAE, será enviado à Câmara dos Deputados sem passar pelo Plenário.

O projeto inclui também no FNO parte do Maranhão que está sob área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O autor argumenta que são duas regiões de transição e requerem

políticas mais condizentes com as condições da Amazônia Legal. “Isso ocorre porque Mato Grosso abriga uma área de transição entre o Cerrado e a região amazônica; e uma parte do Maranhão abriga uma área de transição entre o Nordeste semiárido e o Norte úmido”, justifica.

Wellington concluiu que o projeto vai contribuir para o desenvolvimento regional do país. Também lembrou que um outro fundo já teve sua área de atuação estendida: o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FNE) atualmente engloba também norte de Minas e Espírito Santo.

Os fundos regionais de desenvolvimento recebem parcelas de recursos tributários da União para a implantação de políticas de desenvolvimento

e de redução das desigualdades por meio da execução de projetos de financiamento ao setor produtivo. O FNO é operado pelo Banco da Amazônia.

## Ciência

Outro projeto a ser analisado pela CAE é o PLS 594/2015, de Lasier Martins (PDT-RS), que veda o contingenciamento de recursos orçamentários para ciência, tecnologia e inovação.

Trata-se de um projeto de lei complementar que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal. O parecer do relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), é favorável. Para ele, com tais setores livres do contingenciamento, haverá menos empecilho para o progresso tecnológico e, conseqüentemente, para o crescimento econômico.



Para Wellington Fagundes, relator, a mudança contribuirá para o desenvolvimento regional

## Aviação experimental e aerodesporto serão discutidos em comissão especial

A aviação experimental e o aerodesporto serão debatidos hoje, às 9h, pela comissão especial responsável pela atualização do Código Brasileiro de Aeronáutica.

Foram convidados para a audiência pública o presidente da Associação Brasileira de Pilotos de Aeronaves Leves (Abul), Gustavo Albrecht; a presidente da Comissão de Aerodesporto

Brasileira (CAB), Marina Kalousdian; o diretor da Associação Brasileira de Fabricantes de Aeronaves Leves (Abrafal), Luiz Claudio Gonçalves; o presidente da Associação Brasileira de Aviação Experimental (Abraex), Humberto Peixoto Silveira; e o presidente da Associação Brasileira de Vítimas da Aviação Geral e Experimental (Abravagex), Augusto Fonseca da

Costa. A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) também devem enviar representantes para o debate.

A comissão especial analisa projeto do novo código (PLS 258/2016) baseado em anteprojeto apresentado por uma comissão de especialistas que

funcionou no Senado até o semestre passado. O presidente do colegiado de 11 senadores é Vicentinho Alves (PR-TO). Pedro Chaves (PSC-MS) é o vice-presidente e José Maranhão (PMDB-PB) é o relator. O atual Código Brasileiro de Aeronáutica é de 1986.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

# Comissão deve chamar empresa para explicar demissão de líderes sindicais

Em audiência, trabalhadores de indústria de material bélico denunciaram dispensa de dirigentes e cortes em benefícios dos funcionários

O BRASIL VIVE uma crise política, ética e econômica, gerando como consequência o aumento de ataques aos trabalhadores, como demissão de dirigentes sindicais, afirmou Paulo Paim (PT-RS), em audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Um caso recente na Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel) motivou a reunião, requerida por Paim, presidente do colegiado.

A audiência também teve o objetivo de debater a liberdade e a autonomia sindicais, que são ameaçadas, segundo o senador, por atos como os ocorridos na Imbel, empresa pública vinculada ao Ministério da Defesa. Paim anunciou que deverá marcar outro debate sobre o tema, chamando um representante da indústria para participar.

— Vamos discutir temas fundamentais: a liberdade e a autonomia sindical, um dos pilares da própria democracia.

De acordo com o procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT) Renan Bernardi Kalil, o órgão vem combatendo as condutas antissindicais — ou seja, todo ato que prejudica a liberdade sindical. Kalil disse que, embora esse tipo de conduta possa atingir também representantes dos empregadores, os trabalhadores são, na maioria dos casos, os alvos das ações. O procurador explicou ainda que as condutas antissindicais podem ser atos de discriminação, atos de ingerência e práticas desleais.

Kalil, que atua na área de promoção da liberdade sindical no MPT, afirmou que a vedação de demissão de dirigentes sindicais, prevista na Constituição e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), garante a proteção do próprio dirigente e do grupo que ele representa. Porém, o país precisa avançar na legislação, avaliou:

— Nossa legislação está bem aquém do que poderia trazer. Em 1988, quando a Constituição foi promulgada, tivemos um avanço na proteção do dirigente sindical. Por outro

lado, os tribunais, quando começaram a analisar essa garantia de emprego dos dirigentes sindicais depois que a Constituição foi promulgada, adotaram uma postura retrógrada.

Segundo Kalil, essa postura consistiu em consagrar uma previsão da CLT que limita a proteção contra a demissão a no máximo sete dirigentes sindicais por entidade. O procurador chamou a atenção ainda para o fato de que 8 dos 12 casos em que o Brasil foi acionado na Organização Internacional do Trabalho (OIT) tratam de dispensa de dirigentes sindicais.

## Cortes

Representantes de trabalhadores da Imbel e de sindicatos relataram na audiência o caso de demissão de vários dirigentes e outros cortes que prejudicaram os trabalhadores.

De acordo com o tesoureiro-geral da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo, Jurandir Pedro de Souza, três dirigentes foram demitidos arbitrariamente na Imbel de Piquete (SP) e a empresa cortou seguro de

vida, café da manhã e instrumentos coletivos de trabalho dos funcionários.

— Imagina um pai de família que entra para trabalhar sabendo que, naquela empresa, já houve diversas explosões que mutilaram e mataram trabalhadores. E cortaram o seguro de vida do trabalhador! — criticou.

Um dos dirigentes demitidos, Jeferson Ferreira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Lorena e Piquete, afirmou que, após duas paralisações na Imbel, as perseguições se intensificaram.

Ferreira disse que, após a paralisação, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinou que ficasse a critério da empresa a compensação, pelos trabalhadores, dos dias parados. A empresa, segundo ele, pressionou os funcionários para que paguem em dinheiro as horas em débito, em vez de compensarem os dias parados.

— Tem gente devendo 50 horas, 60 horas. A Imbel tem recebido em dinheiro esses dias do trabalhador — afirmou, observando que o piso salarial da empresa é de R\$ 1.090.

Paim afirmou que enviará à

Imbel um ofício sobre o que foi discutido na audiência de ontem.

## Medida provisória

Os participantes da audiência manifestaram ainda preocupação em relação ao projeto de lei de conversão (PLV 18/2015) originado de mudanças na MP 680/2015, que estabelece a prevalência do negociado sobre o legislado.

Segundo o procurador do MPT, é preocupante a velocidade com que determinados setores da imprensa e do empresariado assumiram a causa da prevalência de condições estabelecidas em normas coletivas, em detrimento ao previsto nas leis trabalhistas.

— A negociação coletiva sempre tem que ser usada para acordar condições melhores para os trabalhadores. O que está sendo previsto agora, o negociado sobre o legislado, vai permitir que se estabeleçam condições piores do que a lei prevê — disse Kalil.

Segundo Paim, a prevalência do negociado sobre o legislado é pior que a terceirização:

— E olha que a terceirização é o inferno, mas ali você tem parâmetros mínimos — disse.



Presidido por Paim (à mesa, ao centro), debate reuniu representantes de sindicatos e do Ministério Público do Trabalho

## População teme perder direitos, afirma Paim

As reformas da Previdência e trabalhista, anunciadas pelo governo, estão deixando a população preocupada por possíveis perdas de direitos, disse Paulo Paim (PT-RS) em Plenário. O senador informou que em julho visitou vários municípios no Rio Grande do Sul e conversou com trabalhadores rurais, aposentados, caminhoneiros, prefeitos e com a população em geral.

— Participei de debates sobre a reforma da Previdência, sobre a reforma trabalhista. O que percebi, vi e senti? A população está apavorada, está assustada.

Ele defendeu a aprovação do projeto que concede reajuste aos defensores públicos.

## Vanessa condena fala de Serra sobre mulher na política

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) classificou como deplorável e machista uma declaração do ministro das Relações Exteriores, José Serra. Ele disse, em reunião com a chanceler mexicana, Claudia Ruiz Massieu, que a participação feminina na política daquele país é “um perigo para o Brasil”. No México, a participação da mulher chega a 46%. No Brasil, está em torno de 10%.

A senadora também falou sobre reuniões que promoveu em cidades do Amazonas para estimular a participação da mulher nas eleições.



Waldemir Boretto/Agência Senado

## Moka elogia acordo com os Estados Unidos

A assinatura do acordo internacional que permitirá a exportação de carne bovina brasileira para os Estados Unidos foi comemorada por Waldemir Moka (PMDB-MS). Para o senador, a exportação da carne in natura atrairá outros países para acordos semelhantes. Moka disse que a carne passou por todos os testes de qualidade exigidos.

— E isso vai trazer, sem dúvida nenhuma, uma maior produção. O produtor rural vai contratar mais gente, gerar mais emprego, mais renda.



Monero Matiz/Agência Senado

## Violência no campo e conflitos no Paraná serão tema de audiência

A violência no campo será o foco da discussão no ciclo de debates A Crise Política, Econômica, Social e Ética no Brasil à Luz dos Direitos Humanos, promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Para o debate de hoje, às 14h, foram convidados Alexandre

Conceição, integrante da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); Bernardino Camilo da Silva, advogado do MST-PR; Leure Simone Ritta, integrante da coordenação regional do MST-PR; e Rudmar Moeses, da direção do acampamento Dom Tomás Balduino.

O acampamento está em uma região conflituosa do município de Quedas do Iguaçu (PR), próxima à madeireira Araúpel, um dos focos de luta do MST, que reivindica a realização da reforma agrária na região, na área ocupada pela madeireira.

O grupo responsabiliza

policiais militares do Paraná e seguranças privados da Araúpel por crimes cometidos contra os acampados.

O requerimento para a realização de audiência é de Paulo Paim (PT-RS).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela